

The logo consists of the letters 'AG' in a bold, white, sans-serif font, set against a dark blue square background.

ANDRADE
GUTIERREZ

AG CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS S.A.

Demonstrações Financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro

2018

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes

Balancos Patrimoniais

Demonstrações do Resultado

Demonstrações do Resultado Abrangente

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Aos Acionistas e Administradores da
AG Construções e Serviços S.A.
Belo Horizonte - MG**

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da AG Construções e Serviços S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da AG Construções e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2018 apresenta na rubrica de contas a receber via judicial, o valor de R\$508.187 mil (R\$1.035.715 mil, em 2017), referente a precatórios emitidos pela Secretaria de Transportes do Estado do Amazonas, para os quais não existe expectativa de realização desde exercícios anteriores. Conseqüentemente, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as rubricas de contas a receber e do patrimônio líquido estão apresentados a maior em R\$508.187 mil e R\$475.317 mil (R\$1035.715 mil e R\$964.248 mil, em 2017), respectivamente, líquidos dos efeitos tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações financeiras relevantes com partes relacionadas, onde parte substancial das operações são representadas por mútuos e notas de débito. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está, adicionalmente, ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 13 de setembro de 2018 com ressalvas. Tais ressalvas dizem respeito: i) a ausência de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber sem perspectiva de realização; ii) transações registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que não foi fornecido acesso à documentação para certificar se havia necessidade ou não de efetuar tal registro; e, iii) retificação das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e no valor correspondente à 1 de janeiro de 2016, que não foi possível obter evidências que justificasse a contrapartida do lançamento contábil efetuado.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte - MG, 29 de março de 2019.

Moore Stephens Consulting News
Audidores Independentes
CRC – 01MG 6.494 – 02MG 3.172


Adelmo de Oliveira
Contador CRC-MG 46.235/O-0


Alexandre C Freitas
Contador CRC-MG 60.762/O-4

AG CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado			Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017			31/12/2018	31/12/2017		
ATIVO						PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
<i>CIRCULANTE</i>						<i>CIRCULANTE</i>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	34.557	14.462	34.898	14.510	Fornecedores	8	52.847	44.363	64.429	60.926
Contas a receber	4	280.138	233.232	292.964	244.027	Fornecedores - Antecipação		-	3.029	-	3.029
Estoques	5	8.730	3.482	11.115	5.777	Salários e encargos sociais		5.322	4.810	5.322	4.810
Despesas Antecipadas		1.634	-	1.634	-	Impostos e contribuições a recolher	9	6.299	7.276	10.604	7.284
Impostos e contribuições a recuperar		750	384	914	400	Adiantamento de clientes	10	189.376	130.522	193.456	134.602
Créditos com partes relacionadas	11	63.226	1.421	63.226	1.421	Débito com parte relacionada	11	116.032	42.266	116.056	42.315
Adiantamentos diversos		2.425	1.417	2.425	1.417	Provisão para riscos	12	-	-	-	955
Outros		200	199	200	199	Outros passivos circulantes		3.657	163	2.633	163
<i>Total do ativo circulante</i>		391.660	254.597	407.376	267.751	<i>Total do passivo circulante</i>		373.533	232.429	392.500	254.084
<i>NÃO CIRCULANTE</i>						<i>NÃO CIRCULANTE</i>					
Realizável a longo prazo:						Impostos e contribuições a recolher	9	6.974	7.915	6.974	7.915
Contas a receber	4	986.689	1.284.580	986.689	1.284.580	Impostos e contribuições diferidos	9	46.117	134.224	46.117	134.224
Impostos e contribuições a recuperar		-	-	8.420	8.511	Adiantamentos de clientes	10	511.452	250.834	511.452	250.834
Créditos com partes relacionadas	11	18.095	6.508	18.095	6.508	Débitos com partes relacionadas	11	268.461	268.461	4.140	-
Outros		327	501	327	501	Provisão para riscos LP	12	-	-	-	4.255
<i>Total do realizável a longo prazo</i>		1.005.111	1.291.589	1.013.531	1.300.100	Outros passivos não circulantes		722	600	722	600
Investimento	6	269.640	264.366	150	150	<i>Total do passivo não circulante</i>		833.726	662.034	569.405	397.828
Imobilizado	7	8.839	5.929	8.839	5.929	Total dos passivos		1.207.259	894.463	961.905	651.912
Intangível	7	2	8	2	8	<i>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</i>	13	1.418.912	1.418.912	1.418.912	1.418.912
<i>Total do ativo não circulante</i>		1.283.592	1.561.892	1.022.522	1.306.187	Capital social		(950.919)	(496.886)	(950.919)	(496.886)
					-	Resultados acumulados		467.993	922.026	467.993	922.026
TOTAL DO ATIVO		1.675.252	1.816.489	1.429.898	1.573.938	<i>Total do patrimônio líquido</i>		467.993	922.026	467.993	922.026
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.675.252	1.816.489	1.429.898	1.573.938

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AG CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	14	171.440	153.213	171.582	154.635
Custos dos produtos e serviços vendidos	15	(180.222)	(203.972)	(181.003)	(205.313)
RESULTADO BRUTO		(8.782)	(50.759)	(9.421)	(50.678)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	15	(884)	(1.411)	(2.345)	(3.167)
Resultado de equivalência patrimonial	6	2.329	(4.697)	-	-
Provisão para perdas, riscos e multas fiscais	16	164.405	(168.285)	171.237	(175.117)
Outras (despesas) receitas operacionais		(361)	(161)	(1.930)	3.442
		165.489	(174.554)	166.962	(174.842)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		156.707	(225.313)	157.541	(225.520)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	17	(163.734)	(16.402)	(164.568)	(16.706)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(7.027)	(241.715)	(7.027)	(242.226)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	18	(5.523)	(4.419)	(5.523)	(4.419)
Diferido	18	49.509	(4.103)	49.509	(3.592)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		36.959	(250.237)	36.959	(250.237)
Resultado básico e diluído por ação ordinária - R\$	13	0,03	(0,18)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AG CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Resultado líquido do exercício	36.959	(250.237)	36.959	(250.237)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>36.959</u>	<u>(250.237)</u>	<u>36.959</u>	<u>(250.237)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AG CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Reservas de lucro						Patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	1.374.969	-	592	-	-	(247.241)	1.128.320
Aumento de capital	119.359	-	-	-	-	-	119.359
Redução de capital	(75.416)	-	-	-	-	-	(75.416)
Realização de reserva de reavaliação	-	-	(592)	-	-	592	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	(250.237)	(250.237)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.418.912	-	-	-	-	(496.886)	922.026
Efeito adoção de pronunciamento contábil (IFRS 15)	-	-	-	-	-	(2.592)	(2.592)
Ajuste de exercícios anteriores Nota Nº 4 (C)	-	-	-	-	-	(488.400)	(488.400)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	36.959	36.959
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.418.912	-	-	-	-	(950.919)	467.993

AG CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro/Prejuízo do exercício	36.959	(250.237)	36.959	(250.237)
Ajustado em:				
Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes	43.986	5.917	43.986	5.406
Depreciação e amortização	520	1.482	520	1.482
Juros e variações monetárias, líquidas	161.962	15.704	160.117	16.008
Resultado na baixa de ativo imobilizado	3.648	526	3.648	526
Provisão (Reversão) para perdas, riscos e multas fiscais	(164.405)	168.285	(171.237)	175.117
Equivalência patrimonial	(2.329)	4.697	-	-
Efeito adoção de pronunciamento contábil	(2.592)	-	(2.592)	-
	<u>77.749</u>	<u>(53.626)</u>	<u>71.401</u>	<u>(51.698)</u>
(Aumento) redução dos ativos operacionais				
Contas a receber	(361)	42.769	(545)	41.366
Estoques	(4.576)	7.100	(3.045)	11.613
Impostos a recuperar	(366)	626	(423)	1.781
Adiantamentos diversos	(2.642)	4.554	(2.642)	4.554
Aumento (redução) dos passivos operacionais				
Fornecedores	6.063	(10.467)	4.505	(28.034)
Fornecedores - Antecipação	(3.029)	(697)	(3.029)	(9.290)
Salários e encargos sociais	512	(1.861)	512	(1.861)
Impostos a recolher	(90.276)	1.303	(85.979)	1.220
Adiantamentos de clientes	49.086	(88.486)	49.086	(88.839)
Partes relacionadas	14.904	2.909	14.878	2.916
Outros ativos e passivos	295	1.059	295	1.047
	<u>(30.390)</u>	<u>(41.191)</u>	<u>(26.387)</u>	<u>(63.527)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(5.138)</u>	<u>(6.348)</u>	<u>(5.138)</u>	<u>(6.348)</u>
	<u>(5.138)</u>	<u>(6.348)</u>	<u>(5.138)</u>	<u>(6.348)</u>
Fluxo de caixa utilizado (aplicado) nas atividades operacionais	<u>42.221</u>	<u>(101.165)</u>	<u>39.876</u>	<u>(121.573)</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de investimento / aumento de capital	(2.944)	(20.385)	(2.944)	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(7.072)	(608)	(7.072)	(608)
Partes relacionadas	<u>(12.110)</u>	<u>(6.508)</u>	<u>(12.419)</u>	<u>(6.488)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(22.126)</u>	<u>(27.501)</u>	<u>(22.435)</u>	<u>(7.096)</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento de capital	-	88.421	2.947	88.421
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	38.718	-	38.718
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>-</u>	<u>127.139</u>	<u>2.947</u>	<u>127.139</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>20.095</u>	<u>(1.527)</u>	<u>20.388</u>	<u>(1.530)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.462	15.989	14.510	16.040
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	34.557	14.462	34.898	14.510

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A AG Construções e Serviços S.A. (“Companhia” ou “AGCS”) é uma Companhia anônima de capital fechado sediada em Belo Horizonte/MG e com filiais em São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ e controlada pela Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (“AG Engenharia”). A Companhia atua em dois segmentos principais: a) serviços de construção civil representado pela construção em consórcio do Sistema de Tratamento e Disposição de Água São Lourenço (“São Lourenço”), com percentual de participação de 40%; pela execução de obras na Rodovia João Mellão situado no município de Avaré-SP, com percentual de participação de 10%; construção de lotes das Linhas de Transmissão de Eletricidade nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Goiás, Piauí e Pará, com percentual de participação de 10%, além da construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica da segunda térmica no Porto do Açú no Rio de Janeiro, com percentual de participação de 50% ; b) exportação de bens e materiais, que consistem na revenda de bens nacionais para clientes e projetos do Grupo Andrade Gutierrez (“Grupo AG”) no exterior, principalmente na América Latina e África.

Em 2015, a Administração da Companhia efetivou a aquisição do controle acionário da AGComex Comercial Exportadora Ltda (“AGCOMEX”). A aquisição do controle acionário foi realizada entre empresas do grupo e visa dar continuidade à estratégia de promoção de sinergia nos negócios de exportação.

Através da 28ª Alteração Contratual da AGCOMEX, a referida investida da Companhia passou a contemplar em seu objeto social a atividade de incorporação imobiliária. A estratégia da AGCOMEX é de realizar empreendimentos de incorporação imobiliária no interior do Estado de São Paulo, preferencialmente na região metropolitana de Campinas onde, segundo estudos conduzidos pela AGCOMEX e parceiros, há um grande déficit habitacional. A intenção da controlada da Companhia é operacionalizar estes empreendimentos através do programa federal Minha Casa Minha Vida.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas com o pressuposto de continuidade operacional, baseando-se em suas projeções de fluxo de caixa futuro do Grupo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Companhias por Ações e incorporam as alterações nas práticas contábeis promovidas pelas Lei nº 11.941/09, abrangendo os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, o qual geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma (os saldos em dólares e em outras moedas, quando aplicáveis, também estão apresentados em milhares).

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas diferentes da moeda funcional, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração da Companhia e de suas investidas faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores contábeis de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As informações sobre julgamentos críticos efetuados pela Administração da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas referente às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão relacionadas a seguir.

2.4.1 Orçamento contratual

Os orçamentos dos custos e receitas para os contratos de construção são realizados por especialistas de engenharia desde a elaboração dos projetos até a sua realização total, com acompanhamento constante dos eventos econômicos, financeiros, ambientais e sociais, que possam afetar diretamente o orçamento de cada empreendimento. Os orçamentos dos custos são elaborados considerando as obrigações de desempenho contidas em cada projeto e são revisados, no mínimo, anualmente e refletem a melhor estimativa da Administração da Companhia do que seriam os custos necessários a serem incorridos na execução de seus projetos.

2.4.2 Imobilizado – depreciação

A depreciação das máquinas e equipamentos pesados da Companhia é calculada pelo regime de horas trabalhadas. A administração entende que as taxas de depreciação utilizadas refletem substancialmente a vida útil econômica dos bens.

2.4.3 Imobilizado – revisão da vida útil

A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

2.4.4 Avaliação dos instrumentos financeiros

A nota explicativa nº 19 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

2.4.5 Provisões para riscos

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de profissionais capacitados para avaliar, de acordo com a natureza de cada passivo a ser provisionado, o esforço financeiro requerido para liquidar uma obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à tais passivos. Os montantes provisionados pela Companhia com base neste julgamento estão detalhados na nota explicativa nº 12.

2.4.6 Provisões para perdas em ativos financeiros (impairment)

As provisões para perda em ativos financeiros da Companhia são mensuradas com base em histórico de inadimplência, na conjuntura econômica do país, os riscos específicos da carteira, assim como as negociações em andamento, seja por via administrativa ou judicial. Ainda conforme trazido pelo CPC 48, esta estimativa pode ser feita para as perdas esperadas durante toda a vida contratual do ativo financeiro ou para os próximos 12 (doze) meses, a depender das características de risco de crédito constatadas à data de elaboração das demonstrações financeiras.

2.4.7 Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

São reconhecidos para todos os créditos e perdas tributárias não utilizadas e diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que hajam diferenças temporárias tributáveis ou que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data das demonstrações financeiras e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data das demonstrações financeiras e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data das demonstrações financeiras.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.5 Principais políticas e práticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Contas a receber de clientes

Estão registrados os saldos decorrentes de prestação de serviços de engenharia e de exportação de bens atrelados à execução de projetos de engenharia no exterior.

Estoque

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos seus valores de liquidação. Os estoques estão compostos por bens (máquinas e equipamentos) e materiais destinados à exportação e materiais destinados a aplicação nas obras em andamento. Nessa rubrica também são reconhecidos os adiantamentos realizados para fornecedores de itens de estoque.

Investimentos

As demonstrações financeiras de empresa controlada são reconhecidas por meio de método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas, tal investimento é consolidado linha a linha.

As informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

Os investimentos em controladas são consolidados e os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são avaliados pelo método de equivalência

Participação em consórcios

Os consórcios são constituídos da junção de duas ou mais entidades para a execução de projetos de engenharia. Os consórcios são caracterizados como empreendimentos controlados em conjunto, uma vez que as empresas participantes detêm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos de acordo com seu percentual de participação no empreendimento. As participações em consórcios são reconhecidas linha a linha nas contas de balanço e demonstração do resultado da Companhia, respeitando seu percentual de participação em cada um dos empreendimentos.

Imobilizado

A Companhia reconhece seus ativos imobilizados ao custo histórico de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição para colocar o ativo no local e em condições, necessários, para que esses possam operar.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício pelos seus valores líquidos.

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica. Especificamente nas obras, a depreciação dos equipamentos e veículos é computada pelo método de horas trabalhadas, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica destes ativos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido da Companhia são registrados pelo regime de caixa e calculados com base nas alíquotas de presunção de lucro, através do regime de tributação pelo Lucro Presumido, que variam conforme as atividades realizadas pela Companhia. Sobre o lucro presumido das atividades são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro presumido excedente a R\$ 240 (base anual), para o imposto de renda e 9% sobre o lucro presumido para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social correntes da controlada são registrados pelo regime de competência, através do regime de tributação pelo lucro real, e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia e suas investidas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada.

Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia e suas investidas a mudarem o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Apuração dos resultados

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

Contratos de construção: O reconhecimento das receitas nos contratos de construção da Companhia ocorre conforme as premissas estabelecidas pelo CPC 47 e baseia-se inicialmente no orçamento estimado para conclusão do projeto, respeitadas as obrigações de desempenho contratualmente identificadas. Este orçamento é elaborado e revisado periodicamente por profissionais de engenharia habilitados para precificar os custos e as receitas do contrato ao longo do tempo.

Quando o orçamento de um contrato de construção é estimado com confiabilidade, as receitas e os custos são reconhecidos com base no estágio de conclusão do contrato no final do período, mensurados com base na proporção dos custos incorridos em relação aos custos totais estimados do contrato. Esta metodologia é comumente conhecida como “POC” (*percentage of conclusion*).

Quando for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente como despesa.

No momento em que a receita reconhecida, considerando o custo incorrido, exceder o valor total faturado contra o cliente, esta diferença é reconhecida na rubrica de “contas a receber de clientes”, classificado como “serviços a faturar”, conforme apresentado no *aging list* de contas a receber.

Quando a receita reconhecida, considerando o custo incorrido, for menor do que o valor total das notas fiscais emitidas contra o cliente, esta diferença é reconhecida na rubrica de “adiantamentos de clientes”, classificado como “serviços a prestar”.

Os impactos da adoção inicial da nova política contábil sobre o reconhecimento de receitas nos contratos de construção podem ser vistos no item 2.6 das notas explicativas.

Receita e custo de exportações de bens: A receita é reconhecida quando a Companhia transfere para seus clientes todos os riscos e benefícios significantes referente à propriedade do produto. A receita está apresentada na demonstração do resultado do exercício, líquida de qualquer imposto sobre venda e é reconhecida pelo valor justo recebido ou a receber, na extensão da probabilidade dos benefícios fluírem para a Companhia e os custos puderem ser mensurados razoavelmente. O montante de receita bruta com venda de mercadorias está apresentado na nota explicativa nº 14.

Não foram identificados impactos relevantes sobre os valores das receitas de vendas de mercadorias na aplicação inicial da referida política contábil, quando comparada à norma anterior.

Reconhecimentos das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas, de acordo com seus respectivos prazos de duração.

Demonstração dos fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC 03 (R2) através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento.

Provisão para Risco

A Companhia é solidariamente responsável (na proporção de seu percentual de participação em consórcios), em processos trabalhistas relacionados, principalmente, ao pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais, adicionais de insalubridade, periculosidade, equiparação salarial e integração de verbas na remuneração. Processos cíveis referentes a danos morais e materiais requeridos por terceiros e funcionários em função de danos causados por execução de obras e acidentes de trabalho.

A Administração acompanha periodicamente o desenvolvimento desses processos e suas provisões para riscos, e com base nas melhores estimativas da Companhia e opinião de seus assessores jurídicos e políticas internas, constitui novas provisões, sempre que surgirem novos processos com prognóstico de risco provável de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações ou houver mudança desfavorável na estimativa de perda, ou realiza reversões (sempre que uma decisão judicial é integral ou parcialmente favorável à Companhia). Por se tratar de revisão de estimativa, todos os ajustes, positivos e negativos, nos saldos de provisões para riscos, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que tal mudança é identificada, sem que ocorram alterações nos resultados previamente emitidos.

Resultado básico e diluído por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias. O Lucro ou prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos financeiros potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, no período e no exercício apresentados. A Companhia avalia constantemente se está exposta a instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

Procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e de sua controlada previamente relacionada. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades.

Os principais procedimentos para consolidação são os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das empresas controladas.

2.6 Adoção de novas normas e interpretações

A partir de 1º de janeiro de 2018, entraram em vigor novas normas relacionadas ao reconhecimento de receitas (CPC 47 – Contratos com cliente) e a tratativas para instrumentos financeiros (CPC 48 – Instrumentos financeiros). As principais informações à cerca da adoção inicial destas normas estão descritas abaixo:

CPC 47 – Contratos com cliente

Esta norma introduziu novas exigências e diretrizes para o reconhecimento e mensuração das receitas de bens e serviços, adotando uma abordagem de cinco passos para definir se, quando e por quanto uma receita deve ser reconhecida. Referida norma trouxe também, em especial, o conceito de análise e mensuração das obrigações de desempenho contidas nos contratos com clientes. A norma substituiu as normas anteriormente emitidas, e aplicadas até 31 de dezembro de 2017, que dispunham sobre o reconhecimento de receitas: CPC 30 – Receitas e CPC 17 – Contratos de construção.

Em decorrência da aplicação inicial desta norma, a Companhia realizou um ajuste líquido no montante de R\$ 2.592, reconhecido diretamente no patrimônio líquido, em resultado acumulados, para os saldos de abertura em 1º de janeiro de 2018, sem a reapresentação dos saldos comparativos, conforme expediente prático permitido pela norma.

No quadro abaixo estão demonstrados os valores pelos quais as rubricas das demonstrações financeiras foram afetadas em virtude da aplicação inicial em 1º de janeiro de 2018:

	Saldo apresentado 31 de dezembro de 2017	Ajustes para aplicação inicial	Saldo de abertura ajustado 1º de janeiro de 2018
Ativo circulante			
Contas a receber de clientes (serviços a faturar)	233.232	(2.276)	230.956
Passivo circulante			
Adiantamentos de clientes (serviços a prestar)	130.522	(316)	130.206
Patrimônio líquido			
Resultados acumulados	(496.886)	(2.592)	(499.478)

CPC 48 – Instrumentos financeiros

A nova norma veio em substituição às diretrizes da norma CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, excetuada as orientações referentes a *hedge accounting*, para as quais foi permitido às companhias optar por manter o reconhecimento conforme IAS 39. A IFRS 9/CPC 48 é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e está estruturada para abranger três aspectos principais: a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; b) redução ao valor recuperável (*impairment*) e c) contabilização de cobertura (*hedge accounting*).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não identificou riscos de redução ao valor recuperável de ativos – considerando que as participações societárias não integram o escopo do CPC 48 – e não possui operações de *hedge accounting*.

As principais mudanças identificadas pela Companhia em virtude da aplicação do CPC 48 estão relacionadas à classificação de ativos e passivos financeiros, conforme descrito a seguir:

Ativos financeiros

As categorias de classificação de ativos financeiros existentes na norma anterior (mantidos até o vencimento, disponíveis para venda, mantidos para negociação e empréstimos e recebíveis) deixaram de existir.

As novas categorias de classificação dos ativos financeiros trazidas pelo CPC 48 são:

- Custo amortizado: utilizada quando os ativos financeiros administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda.
- Valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendam aos critérios descritos acima.

Passivos financeiros

As categorias de classificação de passivos financeiros existentes na norma anterior (Empréstimos e recebíveis, Valor justo por meio do resultado e custo amortizado), foram substituídas.

As novas categorias de classificação dos passivos financeiros trazidas pelo CPC 48 são:

- **Custo amortizado:** principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo;
- **Valor justo:** utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração.

No quadro abaixo, estão demonstradas as alterações de classificação dos ativos e passivos financeiros a partir das definições trazidas pelo CPC 48:

	Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Valor Justo por meio do Resultado
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Créditos com partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Passivo		
Fornecedores e subempreiteiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Fornecedores e subempreiteiros - antecipação	Custo amortizado	Custo amortizado
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	Custo amortizado

2.7 Novos pronunciamentos e interpretações não adotados

CPC 06 – Operações de arrendamento mercantil (R2)

O *International Accounting Standards Board* - IASB publicou em janeiro de 2016 o IFRS 16 – Arrendamentos, sendo devidamente atualizado pelo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC o pronunciamento técnico CPC 06 (R2), com uma data de efetivação em 1º de janeiro de 2019. A nova norma, introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Exigindo que os arrendatários reconheçam um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar um ativo arrendado, bem como o passivo associado. Passivo este, que representa a sua obrigação contratual de efetuar os pagamentos daquele arrendamento. A referida norma apresenta alguns expedientes práticos que isenta as companhias de reconhecer arrendamento de curto prazos e aqueles que contemplem itens de baixo valor em seu Balanço Patrimonial.

A referida norma, não altera a forma de classificação e reconhecimento de arrendamentos do arrendador. No qual os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. Sendo a Companhia arrendadora de Equipamentos Pesados.

O impacto da aplicação da referida norma na posição financeira da Companhia a partir de 1º de janeiro de 2019, está restrita a sua participação em Consórcios e com processo de análise e mensuração em andamento. Com expectativa aproximada de aumento de R\$ 1.500 em ativos não circulantes, bem como R\$ 1.500 de contraprestações a serem descaixadas no curto e longo prazo, trazidas a valor presente.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo dessa rubrica na data das demonstrações financeiras, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	15	14	66	62
Aplicações financeiras (a)	34.542	14.448	34.832	14.448
Caixa e equivalentes de caixa	34.557	14.462	34.898	14.510

(a) As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2018, referem-se substancialmente a operações compromissadas, remuneradas à taxa média de 60% do CDI.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos de contas a receber da Companhia referem-se, essencialmente, a valores a receber de clientes oriundos da prestação de serviços de construção e engenharia e exportação de bens e materiais, que consistem na revenda de bens nacionais a clientes e projetos do Grupo Andrade Gutierrez, no exterior. Abaixo está demonstrada a composição dos saldos a receber, conciliados com aqueles apresentados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Nacionais				
Terceiros	15.740	18.227	15.740	18.227
Controladora direta	211	1.511	211	1.511
Exterior				
Terceiros (a)	52.639	44.939	52.639	44.939
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Terc	-	(8.179)	-	(8.179)
Obras/projetos do grupo AG (b)	211.548	176.734	224.374	187.529
Subtotal - Circulante	280.138	233.232	292.964	244.027
Terceiros (a)	477.971	408.054	477.971	408.054
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Terc	-	(159.189)	-	(159.189)
Contas a receber via judicial (c)	508.718	1.035.715	508.718	1.035.715
Subtotal - Não Circulante	986.689	1.284.580	986.689	1.284.580
Total contas a receber	1.266.827	1.517.812	1.279.653	1.528.607

(a) Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reclassificou para a rubrica de contas a receber de longo prazo o valor de R\$ 408.054, referente aos saldos contratados na Venezuela, que atualizados ao câmbio de 31 de dezembro de 2018, representam o montante de R\$ 477.971. No contas a receber de clientes de curto prazo estão classificados os saldos listados na Camara de Créditos Recíprocos (CCR) com realização prevista para 2019.

Em 2018 a companhia decidiu reverter a provisão para crédito de liquidação duvidosa constituída no exercício de 2017, referente o saldo a receber dos contratos da Venezuela. Apesar de a companhia prever a paralisação dos projetos mediante a crise política/econômica que acomete o país. A administração tomou essa decisão por entender que o saldo de adiantamentos registrados no passivo é suficiente para cobrir os valores das faturas em aberto desse cliente.

(b) Saldos a receber, cotados em dólares norte-americanos, referentes a exportações de bens, realizadas para obras e projetos do Grupo AG localizadas, principalmente, no continente africano, conforme abertura no quadro de partes relacionadas no subgrupo Mercado Externo na nota explicativa nº 11.

(c) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Administração da Companhia efetuou a reversão de parte do saldo dos recebíveis, no montante de R\$526.997. Essa reversão refere-se a saldos de atualização monetária realizada ao longo dos anos, bem como os juros incorridos dos precatórios que a companhia detém junto ao Governo do Amazonas, além da contribuição social diferida sobre o referido saldo, no montante de R\$38.597. O ajuste realizado foi efetuado diretamente contra o patrimônio líquido, pelo valor líquido de R\$488.400. A administração da Companhia entende que, por ser uma decisão no exercício atual, não teria a obrigatoriedade de ajustar retroativamente às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, para fins de comparação com às demonstrações financeiras do exercício findo de 31 de dezembro de 2018, conforme preconizado pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, por entender ser impraticável retroagir à época em que as correções foram reconhecidas.

A Administração da Companhia acredita que não incorrerá em perdas significativas sobre seus saldos de contas a receber.

5. ESTOQUES

O saldo de estoque está composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Mercadorias para revenda	1.063	3.145	1.204	3.195
Materiais de consumo e almoxarifado	7.570	183	7.570	183
Adiantamento para fornecedores de mercadorias (a)	97	154	2.341	2.399
Total	8.730	3.482	11.115	5.777

(a) Os contratos firmados com os fornecedores de bens/mercadorias para revenda normalmente preveem que parte dos recursos sejam adiantados ao longo das entregas contratadas.

6. INVESTIMENTO EM CONTROLADA

Apresentamos abaixo as principais informações relativas a investida:

Nome da controlada	Principal atividade	Local de constituição e operação
AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda	Exportação de bens	Brasil
	31/12/2018	31/12/2017
Participação e capital votante detidos	99,99%	99,99%
	99,999957%	99,999957%
Números total de quotas	269.492	458.197
Número de quotas detidas (lotes de mil)	269.492	458.197
Ativo total	288.459	290.126
Passivo total	18.969	25.910
Capital social	461.144	458.197
Patrimônio líquido	269.490	264.216
Resultado do exercício	2.329	(4.697)

A movimentação do saldo de investimento de 2018 e 2017 é como segue:

Investimento - Controladora

	Saldo em 31/12/2016	Aumento de capital social	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2017	Aumento de capital social	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2018
AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda	248.528	20.385	(4.697)	264.216	2.944	2.329	269.490
Outros	150	-	-	150	-	-	150
	<u>248.678</u>	<u>20.385</u>	<u>(4.697)</u>	<u>264.366</u>	<u>2.944</u>	<u>2.329</u>	<u>269.640</u>

Conforme assembleia geral ordinária realizada em 1 de julho de 2016, a Companhia realizou aumento de capital social na sua investida em R\$90.000. Descontado os valores já enviados como adiantamento para futuro aumento de capital, restou, nessa data o valor de R\$37.380 a serem integralizados até julho de 2018. Considerando os aportes de capital realizados em 2017 e 2018 conforme tabela acima, e a prorrogação do prazo de integralização por mais 24 meses indicada na 28ª alteração contratual realizada em 2018, em 31 de dezembro do mesmo ano, a Companhia tem o compromisso de integralizar o valor de R\$12.152 na sua investida AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda.

7. IMOBILIZADO

A composição do saldo líquido do ativo imobilizado pode ser assim demonstrada:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	110	-	110	110	-	110
Imóveis de Uso	370	(302)	68	335	(231)	104
Equipamentos e veículos	4.333	(2.592)	1.741	14.591	(9.289)	5.302
Móveis e utensílios	570	(71)	499	847	(457)	390
Imobilizado em andamento	6.397	-	6.397	-	-	-
Outras imobilizações	25	(2)	23	25	(2)	23
	<u>11.805</u>	<u>(2.967)</u>	<u>8.838</u>	<u>15.908</u>	<u>(9.979)</u>	<u>5.929</u>

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado para os exercícios de 2018 é demonstrada a seguir:

	Saldo				Saldo 31/12/2018
	31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	
Terrenos	110	-	-	-	110
Imóveis de Uso	104	37	(2)	(71)	68
Equipamentos e veículos	5.302	185	(3.361)	(384)	1.742
Móveis e utensílios	390	453	(279)	(65)	499
Imobilizado em andamento	-	6.397	-	-	6.397
Outras imobilizações	23	-	-	-	23
Total	<u>5.929</u>	<u>7.072</u>	<u>(3.642)</u>	<u>(520)</u>	<u>8.839</u>

8. FORNECEDORES

Os saldos de fornecedores são representados substancialmente por fornecedores de máquinas e equipamentos adquiridos para exportação e porcentagem de participação dos fornecedores de serviços, insumos de construção, reconhecidos nos consórcios que a Companhia participa. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo a pagar destes fornecedores é de R\$52.847 e R\$ 64.429 (R\$44.363 em 31 de dezembro de 2017 no Controladora e R\$ 60.926 no consolidado), na Controladora e no consolidado, respectivamente.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

O saldo dos impostos e contribuições a recolher é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Parcelamento Lei 9.964/2000 (a)	6.974	7.915	6.974	7.915
IR/CS	2.199	1.814	2.199	1.814
PIS/COFINS	3.042	2.656	3.077	2.663
ISS	167	1.667	167	1.667
IRRF	374	418	374	419
INSS	98	258	98	258
IOF	-	-	-	-
Outros	419	463	4.689	463
	<u>13.273</u>	<u>15.191</u>	<u>17.578</u>	<u>15.199</u>
Circulante	6.299	7.276	10.604	7.284
Não circulante	6.974	7.915	6.974	7.915

O débito consolidado do saldo do REFIS é pago em parcelas mensais e sucessivas, vencíveis no último dia útil de cada mês, sendo o valor de cada parcela determinado em função de percentual da receita bruta do mês anterior (0,6% no caso de pessoa jurídica submetida ao regime de tributação com base no lucro presumido). O saldo é atualizado pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

O saldo diferido é composto por Imposto de Renda e Contribuição Social, decorrido de diferenças temporárias conforme tabela abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<u>Imposto diferido - diferenças temporárias</u>				
Receitas de exportação	12.052	12.012	12.052	12.012
Receita de aluguel de equipamentos	146	144	146	144
Variações cambiais	1.049	50.601	1.049	50.601
Precatório	32.870	71.467	32.870	71.467
Total	<u>46.117</u>	<u>134.224</u>	<u>46.117</u>	<u>134.224</u>

10. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Os adiantamentos de clientes são representados por recursos recebidos de forma antecipada para financiar as exportações para os projetos do Grupo AG na Venezuela e em Gana, bem como os serviços de construção civil prestados pela Companhia. A maior variação ocorrida nessa conta em 2018, refere-se à avaliação cambial dos saldos em moeda estrangeira, que encerraram o exercício com a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamentos para exportações	519.264	348.975	523.344	353.055
Adiantamentos para serviços	181.564	32.381	181.564	32.381
			-	
Total de adiantamentos de clientes	<u>700.828</u>	<u>381.356</u>	<u>704.908</u>	<u>385.436</u>
Circulante	189.376	130.522	193.456	134.602
Não circulante	511.452	250.834	511.452	250.834

11. PARTES RELACIONADAS

Os saldos com partes relacionadas da Companhia estão compostos conforme segue:

Partes relacionadas - Controladora	Natureza	2018			
		Ativo		Passivo	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empresas ligadas - Mercado interno					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	AFAC	-	-	(38.719)	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Contas a pagar / receber	211	-	(23)	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Mútuo	-	18.095	-	-
AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda (a)	Contas a pagar / receber	-	-	-	(268.461)
Contas a receber (pagar) consorciadas (b)	Outras	63.226	-	(76.560)	-
Outras partes relacionadas mercado interno	Outras	-	-	(730)	-
Empresas ligadas - Mercado externo					
AG Engenharia (Sucursal Gana) - (c)	Contas a receber	168.014	-	-	-
AG Engenharia (Sucursal Angola)	Contas a receber	26.836	-	-	-
AG Europa, Ásia e África	Contas a receber	10.293	-	-	-
Demais obras/projetos do Grupo	Contas a receber	6.404	-	-	-
Saldo das transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2018		274.984	18.095	(116.032)	(268.461)

Partes relacionadas - Consolidado	Natureza	2018			
		Ativo		Passivo	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empresas ligadas - Mercado interno					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	AFAC	-	-	(38.719)	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Contas a pagar / receber	211	-	(47)	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Mútuo	-	18.095	-	(4.140)
Contas a receber (pagar) consorciadas	Outras	63.226	-	(76.560)	-
Outras partes relacionadas mercado interno	Outras	-	-	(730)	-
Empresas ligadas - Mercado externo					
AG Engenharia (Sucursal Gana)	Contas a receber	179.199	-	-	-
AG Engenharia (Sucursal Angola)	Contas a receber	26.895	-	-	-
AG Europa, Ásia e África	Contas a receber	10.386	-	-	-
Demais obras/projetos do Grupo	Contas a receber	7.894	-	-	-
Saldo das transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2018		287.811	18.095	(116.056)	(4.140)

Partes relacionadas - Controladora	Natureza	2017			
		Ativo		Passivo	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empresas ligadas - Mercado interno					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	AFAC	-	-	(38.719)	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Contas a pagar / receber	1.511	-	(51)	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Mútuo	-	6.508	-	-
AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda (a)	Contas a pagar / receber	-	-	-	(268.461)
Contas a receber (pagar) consorciadas	Outras	1.421	-	(3.395)	-
Outras partes relacionadas mercado interno	Outras	-	-	(101)	-
Empresas ligadas - Mercado externo					
AG Engenharia (Sucursal Gana)	Contas a receber	139.181	-	-	-
AG Engenharia (Sucursal Angola)	Contas a receber	22.911	-	-	-
AG Europa, Ásia e África	Contas a receber	8.787	-	-	-
Demais obras/projetos do Grupo	Contas a receber	5.855	-	-	-
Saldo das transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2017		179.666	6.508	(42.266)	(268.461)

Partes relacionadas - Consolidado	Natureza	2017			
		Ativo		Passivo	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empresas ligadas - Mercado interno					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	AFAC	-	-	(38.718)	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Contas a pagar / receber	1.511	-	(101)	-
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Mútuo	-	6.508	-	-
Contas a receber (pagar) consorciadas	Outras	1.421	-	(3.395)	-
Outras partes relacionadas mercado interno	Outras	-	-	(101)	-
Empresas ligadas - Mercado externo					
AG Engenharia (Sucursal Gana)	Contas a receber	148.729	-	-	-
AG Engenharia (Sucursal Angola)	Contas a receber	22.911	-	-	-
AG Europa, Ásia e África	Contas a receber	8.787	-	-	-
Demais obras/projetos do Grupo	Contas a receber	7.102	-	-	-
Saldo das transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2017		190.461	6.508	(42.315)	-

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios decorrentes das operações com partes relacionadas, são apresentados abaixo:

- (a) Em 2017, por meio de Instrumento de Cessão de Crédito a Companhia recebeu da sua investida AGCOMEX, recebíveis no valor de R\$268.461. Para o referido saldo não está previsto reconhecimento de juros e não possui data de vencimento definida.
- (b) Referem-se a desequilíbrios financeiros existentes nas relações entre a AG Construções e Serviços S.A. e demais parceiras nos consórcios de obras.
- (c) Refere-se a exportação de bens (asfalto, ponte rolante, partes e peças de equipamentos e ferramentas) para os projetos de construção de estradas em Gana.

12. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis. Periodicamente a administração acompanha o desenvolvimento desses processos, e com base nas melhores estimativas de seus assessores jurídicos e políticas internas, constitui novas provisões, sempre que surgirem novos processos com prognóstico de risco provável de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações ou houver mudança desfavorável na estimativa de perda, ou realiza reversões (sempre que uma decisão judicial é integral ou parcialmente favorável à Companhia). Por se tratar de revisão de estimativa, todos os ajustes, positivos e negativos, nos saldos de provisões para riscos, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que tal mudança é identificada, sem que ocorram alterações nos resultados previamente emitidos.

Com base na avaliação de seu advogados e assessores legais, internos e externos, e conforme determinação do CPC 25, a Companhia, não constituiu provisão para riscos trabalhistas, tributários ou cíveis, por entender que os riscos de perda não são prováveis, mas possíveis (onde a referida norma exige a divulgação em nota explicativa). Em 31 de dezembro de 2018 o valor estimado de perdas possíveis é de R\$4.531 que corresponde, substancialmente, a ações indenizatórias relacionadas a empreendimentos imobiliários executados pela AGCS e outros empreendimentos em que a Companhia é solidária.

Nas demonstrações consolidadas da Companhia, o saldo de provisão para riscos apresentado em 2017, oriundo de sua investida direta AGCOMEX, foi revertido em 2018 conforme demonstrado na movimentação abaixo:

	Tributárias
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.210
Adições (a)	-
Reversões	(5.210)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-

A AGCOMEX realizou provisão referente a auto de infração de débito de ICMS no exercício de 2017. Em janeiro de 2018 a Empresa parcelou o débito no valor de R\$5.210 em 60 parcelas sem correção, com vencimento final em 10/01/2023. Diante do parcelamento do débito em 2018, a companhia realizou a reclassificação contábil da provisão realizada em 2017. Com isto, o valor referente ao auto de infração de débito de ICMS ficou classificado em 2018 no passivo como Impostos a Recolher.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, é composto por 1.418.911.769 ações ordinárias nominativas, no valor nominal correspondente a R\$1 (um real) por cada ação. A composição acionária é como segue:

Acionistas	31/12/2018		31/12/2017	
	Ações	%	Ações	%
ANDRADE GUTIERREZ ENGENHARIA S.A.	1.418.901.769	99,9993%	1.418.901.769	99,9993%
ADPAR - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	9.998	0,0007%	9.998	0,0007%
OUTROS ACIONISTAS	2	0,0000%	2	0,0000%
Total	1.418.911.769	100%	1.418.911.769	100%

Reservas legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do período, conforme artigo 193 da lei 6.404/76.

A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme estatuto estes valores aguardam deliberação em Assembleia para sua destinação.

A compensação de prejuízos ocorre obrigatoriamente quando ainda houver saldo de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de Lucros Acumulados e das demais Reservas de Lucro (parágrafo único do art. 189 da lei nº 6.404/76).

Resultado básico e diluído por ação

Como não tiveram aumentos e nem reduções de capital no exercício corrente, não houve variação na média ponderada da quantidade de ações em circulação que somam o montante de 1.408.884 ações ordinárias em dezembro de 2018. Esta média é calculada de acordo com as orientações contidas no IAS 33 (CPC 41).

14. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS

A conciliação da receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do período pode ser demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita de exportação	4.635	3.327	4.635	4.749
Receita Venda de Mercadorias	-	-	200	-
Receita de construção civil	173.254	157.705	173.254	157.705
Receita de aluguel	1.140	3.152	1.140	3.152
Total receita bruta	179.029	164.184	179.229	165.606
Impostos e outras deduções sobre a receita	(7.589)	(10.971)	(7.647)	(10.971)
Total receita líquida	171.440	153.213	171.582	154.635

15. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DOS CUSTOS E DESPESAS RECONHECIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Os custos e despesas da Companhia podem ser classificados quanto à sua natureza conforme demonstrado abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Materiais vendidos	(4.349)	(1.232)	(5.953)	(2.573)
Matérias-primas e materiais de consumo	(36.930)	(65.081)	(35.906)	(65.081)
Serviços de terceiros	(88.560)	(74.443)	(89.824)	(75.020)
Salários e encargos sociais	(50.331)	(61.874)	(50.331)	(61.874)
Depreciação e amortização	(523)	(1.482)	(523)	(1.482)
Impostos, taxas e encargos	(156)	(912)	(261)	(1.839)
Outros	(257)	(359)	(568)	(611)
Total	(181.106)	(205.383)	(183.366)	(208.480)
Custos dos produtos e serviços vendidos	(180.222)	(203.972)	(181.003)	(205.313)
Despesas gerais e administrativas	(884)	(1.411)	(2.345)	(3.167)
Total	(181.106)	(205.383)	(183.348)	(208.480)

16. PROVISÃO PARA PERDA RISCOS E MULTAS FISCAIS

As provisões para perda, riscos e multas fiscais reconhecidas na demonstração do resultado, são compostas pelos seguintes saldos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para impostos	-	-	5.210	(5.210)
Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa (a)	167.369	(167.369)	167.369	(167.369)
Provisão para perda por imparidade - estoque (b)	672	(672)	2.294	(2.294)
Provisão para Contencioso jurídico	(73)	-	(73)	-
Provisão para contratos onerosos	(3.563)	(244)	(3.563)	(244)
Total	164.405	(168.285)	171.237	(175.117)

(a) Reversão destacada na Nota Explicativa Nº 04.

(b) Valores referente ao percentual de participação nos Consórcios que a Companhia faz parte e de sua investida AGCOMEX.

17. RESULTADO FINANCEIRO

Abaixo é apresentado o resultado financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2018:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras				
Rendimento de Aplicações Financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	774	42	828	126
Total das receitas	774	42	828	126
Despesas financeiras				
Juros sobre mútuo	-	-	1	-
Despesas bancárias	(2.277)	(360)	(5.008)	(1.219)
Outros	(269)	(380)	(271)	(380)
Total das despesas	(2.546)	(740)	(5.278)	(1.599)
Receita de variação cambial	-	-	1.843	471
Despesa de variação cambial	(161.962)	(15.704)	(161.961)	(15.704)
Variação cambial, líquida	(161.962)	(15.704)	(160.118)	(15.233)
Resultado líquido	(163.734)	(16.402)	(164.568)	(16.706)

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, registrados no resultado do exercício tem suas origens demonstradas conforme a seguir:

	31/12/2018		31/12/2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita bruta de construção e exportação	177.889	177.889	161.032	161.032
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
	14.231	21.347	12.883	19.324
Receita bruta de aluguel de equipamentos	1.140	1.140	3.152	3.152
Percentual de presunção	32%	32%	32%	32%
	365	365	1.009	1.009
Variação cambial líquida (regime de caixa)	(145.850)	(145.850)	9.469	9.469
Percentual de presunção	100%	100%	100%	100%
	(145.850)	(145.850)	9.469	9.469
Base de cálculo	(131.254)	(124.138)	23.361	29.802
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
IR/CS reconhecido no resultado do exercício - Controladora	(32.814)	(11.172)	5.840	2.682
IR/CS apurado por controlada tributada pelo Lucro Real	-	-	(376)	(135)
IR/CS reconhecido no resultado do exercício - Consolidado	(32.814)	(11.172)	5.464	2.547
Corrente	3.681	1.842	2.888	1.531
Diferido	(36.495)	(13.014)	2.576	1.016

A segregação entre corrente e diferido é conforme tabela abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<i>Impostos correntes</i>				
Relacionados ao exercício corrente:				
Receitas de serviços	(5.523)	(4.419)	(5.523)	(4.419)
	(5.523)	(4.419)	(5.523)	(4.419)
<i>Impostos diferidos</i>				
Relacionados ao exercício corrente:				
Receitas de construção e exportação	44	(541)	44	(541)
Receitas de aluguel	(124)	(343)	(124)	(343)
Variações monetárias e cambiais	49.589	(3.219)	49.589	(3.219)
Realização de imposto diferido ativo	-	-	-	511
	49.509	(4.103)	49.509	(3.592)
Total das despesas de imposto de renda e contribuição social reconhecidas no	43.986	(8.522)	43.986	(8.011)

19. ANÁLISE DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia procedeu a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização, baseando-se nos preceitos descritos no CPC 40 – Instrumentos financeiros no qual define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A interpretação/utilização de dados e informações disponíveis no mercado quanto à escolha de metodologias de avaliação apropriadas exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação evidenciada. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“non performance risk”) ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e de 2017. A posição de ativos e passivos financeiros da Companhia não apresenta qualquer diferença entre valor justo e valor contábil. Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia do valor justo.

	Controladora					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Empréstimos e recebíveis	Passivo fin. mensurado ao custo amortizado	Total	Empréstimos e recebíveis	Passivo fin. mensurado ao custo amortizado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	34.557	-	34.557	14.462	-	14.462
Contas a receber de clientes	1.266.827	-	1.266.827	1.517.812	-	1.517.812
Partes relacionadas	81.321	-	81.321	7.929	-	7.929
Passivos						
Fornecedores	-	52.847	52.847	-	44.363	44.363
Fornecedores - Antecipação	-	-	-	-	3.029	3.029
Partes relacionadas	-	384.493	384.493	-	310.727	310.727
Total	1.382.705	437.340	1.820.045	1.540.203	358.119	1.898.322

	Consolidado					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Empréstimos e recebíveis	Passivo fin. mensurado ao custo amortizado	Total	Empréstimos e recebíveis	Passivo fin. mensurado ao custo amortizado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	34.898	-	34.898	14.510	-	14.510
Aplicações financeiras	-	-	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	1.279.653	-	1.279.653	1.528.607	-	1.528.607
Partes relacionadas	81.321	-	81.321	7.929	-	7.929
Passivos						
Fornecedores	-	64.429	64.429	-	60.926	60.926
Fornecedores - Antecipação	-	-	-	-	3.029	3.029
Partes relacionadas	-	120.196	120.196	-	42.315	42.315
Total	1.395.872	184.625	1.580.497	1.551.046	106.270	1.657.316

Gestão do risco de capital

A Administração revisa, periodicamente, a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, é considerado o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento do Grupo AG, no qual a Companhia está inserida.

Gestão do risco de taxa de câmbio

O resultado das operações da Empresa é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio em virtude da parte significativa de seus recebíveis (circulante) que estão atrelados a moedas e clientes do exterior. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não houve impacto relevante no resultado da Empresa pelos saldos em aberto com partes relacionadas no exterior. Estes riscos são avaliados e se necessários mitigados pela área de Gestão de Riscos Financeiros, que monitora periodicamente os fluxos financeiros e operacionais do Grupo AG.

Ativos

O risco vinculado ao saldo de contas a receber de clientes surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos.

Concentração de risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas financeiras decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

A AGCS revende exclusivamente para projetos do Grupo AG, os quais são financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Desta forma, a Administração da Companhia entende que os riscos de inadimplência são reduzidos tendo em vista que:

- I. Os serviços prestados já foram reconhecidos pelos clientes, que autorizaram ao BNDES o pagamento das faturas emitidas. Na eventualidade de não pagamento pelo BNDES, os pagamentos serão efetuados diretamente pelos clientes;
- II. Existe mercado ativo para o desconto antecipado dos títulos em aberto para os quais a Administração entende que os custos financeiros da operação não são relevantes.

Os créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis, estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações.

Gestão do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Diretoria Financeira e monitorado pelo Conselho de Administração do Grupo AG. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo-se em vista as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A administração da Empresa revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes da variação cambial relacionada aos recebíveis de clientes do exterior, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2019 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

31/01/2019 < Cenário Provável

Controladora		31/12/2018	31 de dezembro de 2019				
Fator de sensibilidade	Risco	Cenário Base	Cenário Provável	Cenário I -50%	Cenário II -25%	Cenário III +25%	Cenário IV +50%
USD	Variação da cotação USD	3,8748	3,7151	1,8576	2,7863	4,6439	5,5727
		31/12/2018	31 de dezembro de 2019				
		Cenário Base	Cenário Provável	Cenário I -50%	Cenário II -25%	Cenário III +25%	Cenário IV +50%
<i>Contas a receber em moeda estrangeira</i>							
	Variação da cotação USD	546.467	523.944	261.972	392.958	654.930	785.916
	Efeito líquido total de ganho ou (perda)		(22.523)	(261.972)	(130.986)	130.986	261.972
Consolidado		31/12/2018	31 de dezembro de 2019				
Fator de sensibilidade	Risco	Cenário Base	Cenário Provável	Cenário I -50%	Cenário II -25%	Cenário III +25%	Cenário IV +50%
USD	Variação da cotação USD	3,8748	3,7151	1,8576	2,7863	4,6439	5,5727
		31/12/2018	31 de dezembro de 2019				
		Cenário Base	Cenário Provável	Cenário I -50%	Cenário II -25%	Cenário III +25%	Cenário IV +50%
<i>Contas a receber em moeda estrangeira</i>							
	Variação da cotação USD	559.110	536.067	268.033	402.050	670.083	804.100
	Efeito líquido total de ganho ou (perda)		(23.044)	(268.033)	(134.017)	134.017	268.033

Cenário base: refere-se ao cenário real em 31 de dezembro de 2018.

Cenário provável: elaborado com base no dólar projetado para 31 de dezembro de 2019, extraído de fontes confiáveis do mercado financeiro como o Banco Central.

Demais cenários: conforme mencionado anteriormente, referem-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário atual, em 25% e 50%, para mais e para menos.

20. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM O CAIXA OU EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia realizou a seguinte atividade de financiamento não envolvendo caixa, portanto, essa não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Aumento de capital da Companhia em contrapartida a rubrica de adiantamento para futuro aumento de capital	-	29.852	-	29.852
Estorno de atualização monetária de precatório, adequando o contas a receber da companhia a sua expectativa de realização	526.997	-	-	-
Reversão do Imposto diferido referente a receita financeira do precatório, ora estornada como ajuste de exercícios anteriores.	38.597	-	-	-
Reversão da Provisão para perda do Contas a Receber (Venezuela).	168.041	-	-	-
Transferência de Contas a Pagar para acionista majoritária para quitação parcial de mútuo.	2.421	-	-	-
Aumento de capital da Companhia realizado através de transferência de bens móveis	-	1.086	-	1.086
Redução de capital da Companhia mediante saldo de obrigações com a acionista majoritária	-	75.416	-	75.416
Aquisição de investimento a pagar em contrapartida a rubrica de débitos com partes relacionadas	-	-	-	-
Cessão de recebíveis de clientes em contrapartida a rubrica de débitos com partes relacionadas	-	193.044	-	-
	<u>736.056</u>	<u>1.040.914</u>	<u>-</u>	<u>106.354</u>

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após avaliar possíveis ocorrências de eventos subsequentes à data das demonstrações financeiras, a Administração da Companhia concluiu que não houveram eventos compreendendo a data das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação que devessem ser ajustados ou divulgados nesta demonstração financeira.

22. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros da diretoria da Companhia, em 28 de março de 2019, tomaram conhecimento e aprovaram as demonstrações financeiras da Companhia referente ao período findo em 31 de dezembro de 2018 e autorizaram a sua conclusão e divulgação.

DIRETORES EXECUTIVOS

Marcelo Marcante
Gustavo Braga Mercher Coutinho
Fernando Leyser Gonçalves
Fernando Orsini Rodarte
Luis Cesar Moreira
Marcelo Caldas Rodrigues

CONTADOR RESPONSÁVEL

Márcio Magno de Abreu
CRC-MG 089.771/0-1